

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.178 - SP (2020/0264354-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : NEIDE IRANCO PAROLIN**  
**ADVOGADO : GABRIEL DE VASCONCELOS ATAIDE - SP326493**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por NEIDE IRANCO PAROLIN contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO TEMA 880/STJ CUMPRIMENTO SENTENÇA NOS AUTOS DA AÇÃO COLETIVA nº 0002361-16.2009.8.26.0053 - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA OCORRÊNCIA - Julgamento do mérito do Recurso Especial nº 1.336.026/PE, TEMA 880, segundo o qual " A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao artigo 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acertamento de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros" Por se tratar de matéria de ordem pública, o instituto da prescrição pode ser alegado a qualquer tempo - Prescrição da pretensão executiva reconhecida com a extinção do Cumprimento de Sentença - Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação dos arts. 1º e 9º do Decreto 80.910/32; e 3º do Decreto 4.597/42, no que concerne à inoccorrência da prescrição, trazendo o seguinte argumento:

No entanto, nos termos do Decreto 20.910/32, o LAPSO PRESCRICIONAL em favor da Fazenda Pública PODERÁ SER INTERROMPIDO UMA ÚNICA vez, recomeçando a correr pela metade (dois anos e meio) a partir do ato interruptivo.

Assim, o ATO INTERRUPTIVO é o requerimento a SPPREV para apostilamento do direito na folha de pagamento e apresentação dos informes provocou a interrupção do prazo prescricional. Assim, tendo em vista o APOSTILAMENTO promovido em 12 SETEMBRO de 2018 o prazo prescricional (dois anos e meio) para o ajuizamento da obrigação de pagar recomeçou a contar a partir desta data. Portanto, o termo final do prazo é MARÇO DE 2021, logo, NÃO OCORREU A PRESCRIÇÃO (fls. 116).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

[...] no caso dos autos deve ser dado cumprimento ao entendimento esposado no julgamento do REsp nº 1.336.026/PE, Tema 880, do E Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros" (STJ 1ª S REsp 1.336.026/PE Rel. Og. Fernandes j. 28/06/2017) (g.n.).

Nesse passo, eventual demora no fornecimento de fichas financeiras para elaboração dos cálculos de liquidação não tem o condão de suspender ou interromper o prazo prescricional (fls. 103-104).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, "não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente

# *Superior Tribunal de Justiça*

deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente